

## Os diálogos entre a diplomacia e a história: a carreira de Hélio Lobo e o processo de americanização da República brasileira\*

*Gabriel Terra Pereira*\*\*

---

**Resumo.** No contexto de republicanização das instituições e dos agentes políticos do Brasil no início do século XX, a diplomacia brasileira, capitaneada pelas reformas empreendidas na gestão de Rio Branco, intensificou o processo de americanização, representada pela aproximação progressiva aos países do continente, notadamente os Estados Unidos. Hélio Lobo (1883-1960), cooptado pelo chanceler na esteira de renovação dos quadros do Itamaraty, foi um expoente dessa política de americanização, e procurou através das esferas da diplomacia e da historiografia defender uma visão de mundo coerente com a política externa de seu tempo.

**Palavras-chave:** História Política; Biografia; Diplomacia; Política Externa.

### **Dialogues between diplomacy and history: the career of Hélio Lobo and the Americanization process of the Brazilian republic**

**Abstract.** Within the context of the republicanization of institutions and of political agents in Brazil at the beginning of the 20<sup>th</sup> century, Brazilian diplomacy imbued with reforms during the Rio Branco administration, intensified the Americanization process. The latter consisted of a deep, progressive and mutual approach of the countries in the American continent, especially towards the United States. Hélio Lobo (1883-1960), co-opted by the Brazilian chancellor to renew the personnel of the Brazilian Foreign Office was the representative of the Americanization policy and tried to defend, through diplomacy and historiography, a world view which was coherent to contemporary external policy.

**Keywords:** Political history; Biography; Diplomacy; External policy.

---

\* Artigo recebido em 05/04/2013. Aprovado em 17/10/2013.

\*\* Doutorando em História pela Unesp, Franca/SP, Brasil. Bolsista Capes. E-mail: [gabrieltp@msn.com](mailto:gabrieltp@msn.com)

## Los diálogos entre la diplomacia y la historia: La carrera de Hélio Lobo y el proceso de americanización de la República Brasileña

**Resumen.** A comienzos del siglo XX, durante la transición que condujo a la transformación de las instituciones y de los agentes políticos en republicanos, la diplomacia brasileña fue rediseñada por las reformas emprendidas durante la gestión de Rio Branco, intensificando el proceso de americanización, traducido en la aproximación progresiva con los países del continente, particularmente, con EE.UU. Hélio Lobo (1883-1960), cooptado por el canciller dentro del marco de renovación de los funcionarios del Itamaraty, fue un exponente de dicha política de americanización. A través de las esferas de la diplomacia y de la historiografía, Lobo trató de defender una visión del mundo coherente con la política externa de su tiempo.

**Palabras Clave:** Historia Política; Biografía; Diplomacia; Política Externa.

---

O início da República no Brasil foi permeado por turbulências nos campos político, social e econômico. Internamente, a (des)organização dos quadros administrativos, a luta contra as forças contestatórias ao regime e a necessidade de cercar as suspeitas sobre a possibilidade do país não honrar suas dívidas, tornaram significativo um cenário complementar: o plano externo. O regime republicano carecia de reconhecimento político junto aos países vizinhos, potências europeias e os Estados Unidos, constatação que se manifestou em batalhas pela construção de ideias e ações que atenuassem a gravidade da transição política e garantissem a estabilidade geral do país.

No *front* de batalha, os diplomatas apareciam como agentes fundamentais para o cumprimento não só do reconhecimento formal por outros países, questão resolvida nos primeiros anos da República, mas em linhas gerais, da efetivação dos princípios da política externa do Brasil. Esses princípios foram elaborados ao longo do Segundo Reinado (1840-1889) e permaneceram na agenda política republicana, segundo Magnoli (1997, p.205), em razão de sua relevância para o Estado brasileiro. Assim, percebe-se que os tópicos das negociações diplomáticas eram pautados pelo *controle da política*

*alfandegária e comercial* do país, consequência imediata dos diversos acordos efetuados com a Inglaterra, França e Estados Unidos, de onde provinham altas rendas para o Brasil, portanto, um campo de grande interesse estratégico; *o estímulo à imigração*, principalmente após a Lei Áurea, uma *política de limites*, na qual o país procurou consolidar seu território e a *pretensão de hegemonia regional*, ponto de sustentação e enfrentamento político, econômico e cultural com seus vizinhos sul-americanos.

Entre os diplomatas que lutaram pela manutenção desses princípios, destacou-se Hélio Leite Pereira, nascido em 27 de outubro de 1883 na cidade de Juiz de Fora, Província de Minas Gerais.

Filho de Fernando Lobo Leite Pereira e Maria Barroso Lobo, passou a grafar “Hélio Lobo” pela tradição do sobrenome paterno e a partir do ingresso na vida acadêmica no início do século XX, na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, quando publicou artigos sobre Direito Penal e Internacional que chamaram a atenção de Rio Branco e de espaços de sociabilidade como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a Academia Brasileira de Letras (ABL). Uma vez integrado a esses círculos, Hélio Lobo pode construir uma volumosa obra como historiador da diplomacia brasileira sobre os séculos XIX e XX que, somada à prática diplomática, elaborou uma visão de mundo não discutida pela historiografia das relações internacionais brasileiras.

## I.

A primeira década do século XX representou para os republicanos brasileiros uma importante mudança em relação à política externa do país. Extremamente heterogênea no tocante à formação e à experiência administrativa, os homens do campo político brasileiro tropeçaram frequentemente ao procurar se distanciar minimamente das diretrizes diplomáticas do Império, ao mesmo tempo em que recorriam aos Estados

Unidos para legitimar suas ações. As turbulências internas não permitiam a formulação ou a manutenção de diretrizes externas, acentuando a *presença dos Estados Unidos no Brasil*, conforme título da obra referencial de Bandeira (1973). De Washington, Salvador de Mendonça dizia que a americanização do país era inevitável e efetuar-se-ia por *inundação* ou *infiltração* e Assis Brasil, seu substituto, chegou a propor a integração do Brasil com a Argentina, Chile e Uruguai, com o fito de ver a balança de poder equilibrada entre as “duas Américas”, a do Sul e a do Norte. Por sua vez, Oliveira Lima descreveu a enorme popularidade dos Estados Unidos no Brasil, país que era considerado “um modelo para as aspirações federativas dos brasileiros” (1937, p.143-144).

Assim, ao final da década inaugural da República, o país estava imerso em uma rede de dependências para com os Estados Unidos que ficavam cada vez menos frouxas em função da exportação do café e de sua postura militar no continente que, em 1898, assistiu à guerra contra os espanhóis e à expansão rápida de suas zonas de influência na América Central nos anos seguintes. Em meio a esse tempo de acomodação internacional e dotado de relativa paz interna, o Brasil procurou organizar o serviço diplomático e justapor-se aos Estados Unidos e aos sul-americanos, espelhando-se com reservas em relação aos primeiros e estabelecendo alianças (nem sempre eficazes) com os demais. Nessa empresa figurou um dos *founding fathers* da política exterior do Brasil, José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, que conduziu Hélio Lobo ao Itamaraty.

Em dezembro de 1902, Rio Branco ingressou no Ministério das Relações Exteriores com status de herói nacional. Colega do então Presidente Rodrigues Alves no tradicional Colégio Pedro II na década de 1860, ele aceitou voltar ao Brasil após 26 anos de ausência para posicionar o país na questão do Acre, região boliviana que havia atravessado uma série de turbulências envolvendo seringueiros brasileiros e o governo daquele país. Em carta enviada

ao então presidente do Brasil, chegou a alegar problemas de saúde, dificuldades financeiras e até falta de vocação política, justificativas que não convenceram Rodrigues Alves (BRANCATO, 2002, p. 98).

Os brasileiros já o conheciam por ter participado diretamente, porém do exterior, da comissão que entre 1893 e 1895 havia conseguido o arbitramento favorável dos Estados Unidos ao Brasil no contencioso diplomático com a Argentina, que reclamava uma porção de terras a Oeste dos atuais Estados de Santa Catarina e Paraná. A vitória brasileira perante o vizinho na então denominada “Questão de Palmas” fez com que se erguessem bustos e que instituições fossem nomeadas em sua homenagem pelo país (BITTENCOURT, 2002).

No campo político, a convocação de tal personalidade era margeada pelo que se convencionou nomear “política de governadores”, medida que mantinha o poder nas mãos civis na esfera federal, afastando os elementos turbulentos (então associados aos militares) em nome da governabilidade e autonomia das elites estaduais. Apesar desse padrão de política administrativa ter sido fundamental para organizar não só o plano interno, mas a política externa brasileira e aprofundar o relacionamento com os países do continente, o conjunto de pessoas, instituições, práticas e ideologias que circundavam o Estado não permitiam a definição de uma identidade que poderia e deveria ser “exportada” como oficial, fato que dificultava a ação diplomática brasileira sob a República. Se a Monarquia era europeizada e afastada dos valores americanos, a República ainda não havia formulado para si sua imagem.

Ainda que tal discussão extrapole os objetivos deste artigo, toma-se essa imagem como uma construção político-ideológica marcada pela alteridade, ou seja, pautada pela forma que se define um povo em relação a seus valores culturais, sociais e, fundamentalmente, aqueles ligados ao poder político (SANTOS, 2010). Portanto, é relevante atribuir à política exterior brasileira

liderada por Rio Branco o processo de definição de uma identidade para o país e para o exterior, construída desde os tempos monárquicos e que fora abalada pela eclosão da República, quando o contato com os países americanos – *os outros* – deixou de ser marcado pela diferença da formação histórica tripartite do continente: portuguesa, espanhola e inglesa para dar lugar a uma suposta “simpatia internacional”.

As conferências interamericanas, organizadas ao longo do século XIX sob as matrizes ideológicas do Bolívarismo e do Monroísmo<sup>1</sup> foram um dos espaços significativos que auxiliam o entendimento desse processo, nas quais o Brasil não se “encaixava” e conseqüentemente imprimia suas particularidades e estratégias de diferenciação em relação aos países do continente. Era possível perceber que a imagem e os valores associados ao Brasil era um processo que se construía em oposição aos dois outros paradigmas, reforçando a ideia de que o Estado fora uma construção sem demanda popular e se vinculava a um modelo tradicionalmente europeu: a Monarquia parlamentarista como antítese da República presidencialista americana. Não espanta saber, portanto, que o país não havia comparecido (mesmo tendo recebido os convites) a nenhuma das iniciativas bolivarianas de reunião: política e culturalmente distinto dos outros, não cabia no entendimento dos gabinetes ministeriais, participar dos debates os republicanos da América do Sul.<sup>2</sup> Nessa tarefa, a oposição entre os princípios que legitimavam os novos Estados americanos (princípios

---

<sup>1</sup> Bolívarismo é o conceito utilizado para fazer referência às ideias de Simón Bolívar (1783-1830), que no esteio do processo de independência das colônias hispânicas, defendia além da desvinculação às metrópoles, a formação de blocos de países com objetivos políticos e econômicos engendrando uma América hispânica unida. O Monroísmo é a atribuição dada ao desenvolvimento da Doutrina Monroe, política baseada no discurso do presidente James Monroe (1757-1831) que defendia a não intervenção dos países europeus colonizadores na América. Os estadunidenses passaram a referenciar-se nesse argumento para justificar, ao longo do século XIX e XX, diversas intervenções nos países americanos.

<sup>2</sup> No século XIX foram convocadas sete reuniões sob o espírito das ideias de Bolívar. Em 1826, o Congresso do Panamá; em 1847 em Lima; 1856 em Santiago, novamente Lima em 1864-5; em 1883, Caracas; pela terceira vez em Lima (1877-9) e, em 1888-9, em Montevidéu.

democráticos) conflitavam-se com os do Brasil (princípios dinásticos), que se via “civilizado e europeu, e assim de uma natureza distinta daquela de seus vizinhos anárquicos. Integrar-se a eles seria por em risco a própria essência de sua identidade” (SANTOS, 2004, p.28).

A modernização da política exterior brasileira se encaminhou em duas frentes: na negociação pelo aumento do corpo diplomático estrangeiro presente no Rio de Janeiro a fim de torná-lo o mais numeroso da América Latina e na reorganização do Itamaraty, que na primeira década do século XX, possuía 27 empregados (em 1859, eram 38) em uma repartição com arquivos, mapotecas, biblioteca e consultores jurídicos que iriam ser agentes irradiadores dos interesses brasileiros (BUENO, 2003). Conforme aponta Burns:

o novo Ministro aumentou regularmente o seu quadro de pessoal, para habilitá-lo a enfrentar maior carga de trabalho (...) bibliófilo, criou uma biblioteca, que o Itamaraty não tinha e procedeu à organização do arquivo. Essas reformas e inovações, assim como o aumento dos salários e gratificações, criaram um *esprit de corps* elevado entre os funcionários do serviço exterior, tanto no Brasil como nos postos fora do país. Rejuvenescido pela infusão de sangue jovem, o quadro de funcionários demonstrou grande entusiasmo e dedicação ao executar a política exterior de Rio Branco (2003, p. 55-56).

Foi na esteira da “infusão de sangue jovem” que Hélio Lobo foi cooptado ao campo político-diplomático brasileiro. Como residia no Rio de Janeiro, desde a infância, em razão do cargo assumido pelo pai, foi nessa mesma cidade que pode terminar os estudos secundários, realizados no Colégio Alfredo Gomes, à época um reduto de filhos da elite carioca, e ingressar na Faculdade Livre de Direito, tendo se formado em dezembro de 1904.

No mundo acadêmico, Hélio Lobo procurou elaborar uma postura de forma a adquirir o *habitus* que o marcou e o conduziu ao Itamaraty (MARQUES, 1984). Porém, sabe-se que a aquisição de maneiras associadas e próprias às camadas superiores da sociedade (as elites políticas), representou a manifestação simbólica que serviria como estratégia de distinção na inserção e

legitimidade individual em algum reduto das elites brasileiras (BOURDIEU, 2007). Ao se analisar a trajetória inicial de Hélio Lobo, entende-se que o fato de manter-se no Rio de Janeiro mostrava-se como um dos passos dessa tática de obtenção de prestígio e que poderia ser multiplicada em razão das oportunidades que a capital da República oferecia em contraste com outros centros urbanos do país. De forma complementar, frequentar instituições tradicionais e conseqüentemente formar uma rede de contatos que o aproximasse das esferas de poder, poderia representar o ato de consolidação de sua estratégia.

No entanto, a documentação disponível sobre Hélio Lobo, nesse período, permite entrever que não havia qualquer intenção *a priori* de chegar ao Itamaraty ou em espaços de sociabilidade não oficiais, haja vista que um ano após sua formatura voltou a Juiz de Fora, cidade natal de sua família, e passou a colaborar com a Gazeta Jurídica de São Paulo, onde conseguiu publicar o ensaio intitulado “Da unificação do Direito Penal”. Nesse, defendia um código de processo único para civis e militares, ao passo que sua diferenciação abria brechas para o estabelecimento de insurgências como as que houve ao longo da primeira década republicana e no início de 1906. Desdobrando-se no mesmo tema publicou “A criminalidade militar e a Escola Positiva” e “Os tribunais militares e a lição dos fatos” na Revista Forense de Belo Horizonte (LOBO, 1905; 1906a).

O caminho trilhado pelo menos até meados de 1905 restringia-se à vida acadêmica, na qual se inseriu e conseguiu a publicação de *Sabres e Togas*, seu primeiro livro, onde se aprofundou na tese de unificação do direito civil e militar. Nas palavras do autor,

Ora, somos, neste ponto, inflexíveis. Os reclamos da ciência jurídica em prol da exclusão da autonomia militar repressiva não param na paz. Vão até à guerra, à luta. A diferença está em que, sob o império d'esta, o maquinismo da *justiça civil ou ordinária* deve abster-se de determinadas exigências de direito judiciário, tornando-se mais *rápida*, direi mesmo, *mais injusta*. (...) A

criminalidade que medra junto aos quartéis é considerável. Impotente, ineficaz, para reprimi-la, a justiça do soldado. Sob a forma que existe nos países modernos, a organização d'essa justiça, autônoma, administrada pela farda, é uma ilusão (LOBO, 1906b, p.43; 154).

Para legitimar a tese que defendia, Hélio Lobo evocou Herbert Spencer e sua perspectiva evolucionista, na qual “o mundo caminharia sempre para uma integração”. Daí despontava a ênfase na convergência das áreas civil e militar do Direito, que dissociadas impediam seu aperfeiçoamento. Para demonstrar a aplicabilidade da tese spenceriana à realidade jurídica brasileira, Hélio Lobo empregou a história como ferramenta de análise, mostrando a evolução tanto do Direito Romano quanto a do *Common Law* inglês, exemplos que procuravam induzir a possibilidade do mesmo acontecer no país. Em tom de alerta, dizia:

A nós mesmos, brasileiros, aproveita a lição, nós que há bem pouco tempo quisemos lançar ao jugo dos tribunais militares, meros paisanos, cúmplices de militares em motins políticos, — nós que possuímos como código penal da Armada — uma das maiores deformidades de toda a nossa vida de povo livre. (...) Desse estado de coisas surgiu o conflito, a antítese, entre os códigos e as cortes militares, que sempre buscaram arrogar-se a jurisdição exclusiva sobre os regimentos, e a lei, os tribunais civis, que sempre procuraram encurtar o arbítrio d'essa jurisdição fardada. (...) Basta manejá-las páginas, compulsáveis a qualquer momento, das revistas jurídicas brasileiras, da mais veneranda d'elas—do *Direito*. Ler-se-á, então, o acúmulo de interpretações de que se há lançado mão com o fito de se arrastar para a lei punitiva militar as infracções as mais pronunciadamente comuns (LOBO, 1906b, p.78).

Embora as críticas sedirecionassem às ordens militares brasileiras que se subentende, na obra de Hélio Lobo, que é o temor da instabilidade política provocada pelo desrespeito ao Direito. Sob o ponto de vista de sua trajetória, valorizar e associar a legitimidade política com a legalidade arrogada pela esfera jurídica era algo que vinha de encontro ao projeto de renovação na diplomacia brasileira sob a chancelaria de Rio Branco a partir de 1902.

Os elogios à atuação de Rio Branco, no entanto, não se limitaram ao aspecto prático da diplomacia e da política externa, mas na formação de novos diplomatas. Por interesse pessoal do Ministro, formou-se um grupo de jovens,

para que pudessem acompanhar em caráter extraoficial a dinâmica interna do Itamaraty, possibilitando o contato com a diplomacia e as letras. Entre esses jovens, foi convocado Hélio Lobo, que em sua vida acadêmica havia se destacado na área do Direito Internacional e estava em harmonia com os anseios do chanceler, de certa forma ansioso em ver esgotado o radicalismo (civil e militar) republicano dos primeiros anos da República. Contribuiu igualmente para atrair a atenção de Rio Branco o curso de especialização em Direito Internacional feito pelo jovem Hélio Lobo no Rio de Janeiro, do qual participaram Araújo Jorge e Leão Veloso, todos cooptados pelo chanceler (VALLADÃO, 1961).

As credenciais de Hélio Lobo eram convenientes: defendia a unificação das penas para militares e civis e, além disso, acreditava na primazia do Direito como instrumento decisório da política, teses que o próprio Rio Branco se baseou na assinatura de tratados de limites e Rui Barbosa defendera em Haia, no início do século XX. Portanto, o principal responsável pelo ingresso de Hélio Lobo, no Itamaraty, parece ter sido o próprio Barão, secundado pelo sobrenome utilizado, conhecido na casa da diplomacia brasileira desde que Fernando Lobo havia ocupado a pasta das Relações Exteriores.

Pode-se considerar essa hipótese como válida, pois as reformas empreendidas por Rio Branco no Itamaraty através do Decreto n.º 5.536, de 25 de maio de 1905 permitiram por um lado a consolidação da prática que associava a diplomacia ao Direito, postura diferente da percebida durante a Monarquia, e por outro, a instalação de uma estratégia de seleção de indivíduos “mais convenientes ao novo regime”, garantindo certa homogeneidade no corpo diplomático. Se os compromissos clientelísticos próprios das oligarquias políticas do país bem como relações de amizade eram critérios de cooptação do Itamaraty, o ingresso de Hélio Lobo na casa era suficientemente plausível (MALATIAN, 2001).

Na prática, ele já estava visível aos olhos oficiais, tanto pela participação em reuniões no Itamaraty quanto pela publicação de *Sabres e Togas*, elementos que contribuíram para sua nomeação como auxiliar no Tribunal Arbitral Brasileiro-Peruano e, posteriormente, no Tribunal Arbitral Brasileiro-Boliviano através de decretos oficiais (BRASIL, 1911, p. 26). Ao lado de Graça Aranha, Eduardo Theiler, Pedro Leão Veloso Neto, Carlos Coelho Cintra, Arthur Guimarães de Araújo Jorge, Paulo Hasslocher e Heráclito Graça, esse último presidente dos trabalhos nos referidos tribunais, Hélio Lobo pode acompanhar de perto as questões discutidas que objetivavam negociar e julgar reclamações feitas após o Tratado de Petrópolis, como a anulação do privilégio de navegação no Rio Madeira pelos bolivianos e problemas envolvendo autoridades brasileiras, peruanas e bolivianas nas regiões limítrofes.

A documentação do certame com os bolivianos foi compilada por Hélio Lobo e publicada em 1910, onde relatou o desenvolvimento dos debates entre os países (LOBO, 1910a). A leitura da obra – permeada de linguagem jurídica – detalhava cerca de uma centena de reclamações referentes ao Direito Internacional e revelava traços da visão que Rio Branco imprimiu no Itamaraty, da qual Hélio Lobo passou a reforçar: a valorização do Direito como instrumento de resolução de conflitos políticos. Por tais razões, o jovem diplomata conseguiu rapidamente se inserir em um espaço no Itamaraty amplamente frequentado por Rio Branco, a Seção do Arquivo. Ali, procurou lapidar sua compreensão da política exterior brasileira e aperfeiçoar-se na prática diplomática. Uma das primeiras impressões sobre o trabalho de Hélio Lobo no Itamaraty foi narrada por Luís Gurgel do Amaral, que ali havia ingressado, em 1905:

Nos corredores do Itamaraty, procurando com passos pausados e firmes as salas contíguas à Biblioteca, onde funcionavam os Tribunais Arbitrais Brasileiro-Peruano e Brasileiro-Boliviano, para os quais fora sucessivamente nomeado auxiliar, já nos acostumáramos a ver a figura de Hélio Lobo, mocidade radiante conquanto serena, bela cabeça de pensador precoce, voz

melodiosa e clara, sorrindo mais do que rindo, armazenando com seguro critério vasto cabedal para o futuro, agora tornado presente, coroado de tantos e merecidos êxitos nas letras nacionais e em todos os cargos de sua agitada vida pública, exercidos sempre com superior elevação e devotamento à Pátria estremeçada. Quando Hélio Lobo entrou para a Casa em 1910, não fez mais que ingressar em definitivo no seu quadro permanente, pois seu lugar estava, como acontece com a escolha de certos nomes para a Púrpura cardinalícia, muito no peito de todos nós, a começar no do Barão, para terminar no do que ora escreve estas linhas com suavíssima ternura (AMARAL, 2008, p.207).

## II.

O acesso ao Itamaraty se deu em meio a um contexto de inúmeras transformações científicas, culturais e militares ao redor do mundo, processos que estimularam o entrelaçamento da economia mundial em um quadro onde as relações comerciais capitalistas incrementaram as relações entre os Estados. O campo econômico mundial, dominado pelas potências europeias, passou a contar com um novo membro, os Estados Unidos, que após fortalecer seu mercado interno passou a formular ações no exterior. Se antes o comércio mundial concentrava-se na Europa, o início do século XX percebeu que o mesmo tornava-se pluralista, fato perceptível não só pela ascensão estadunidense, mas também dos alemães, que conseguiam fazer frente a ingleses e franceses.

O crescimento da influência dos Estados Unidos na América, subsidiado pela retórica da Doutrina Monroe, foi atualizado em 1904 pelo Presidente Theodore Roosevelt em sua mensagem anual ao Congresso, na qual defendeu a intervenção militar de seu país naqueles que não conseguissem organizar-se política e economicamente. A mensagem do presidente logo adquiriu o rótulo de “Corolário Roosevelt” e seria recorrente na imprensa da época, que já utilizava o termo *Big Stick* para se referir à política externa de Roosevelt, na qual os Estados Unidos consideravam-se a “polícia” do mundo ocidental (SARAIVA, 2008, p.105-107).

Tais políticas traduziram-se em elementos de uma política da qual demandava aos países como o Brasil a reflexão e adequação de seus princípios de política exterior. Na consecução desse projeto, estavam permeados os processos de republicanização e americanização do país, temas que orientaram a trajetória de indivíduos como Hélio Lobo, tanto na diplomacia quanto na elaboração de uma história diplomática brasileira, campo no qual passou a se aventurar já no final de 1910.

A aspiração de Hélio Lobo em unir o exercício da diplomacia aos estudos históricos fundamentava-se em uma trajetória comum a diversos intelectuais da época, como Manuel de Oliveira Lima, um dos que além de se dedicar à diplomacia, se fez ouvir em relação à história da diplomacia brasileira.

Os primeiros passos dessa busca apontavam para o Itamaraty. Ali, a procura dos diplomatas por distinção, através do debate intelectual, foi uma postura estimulada diretamente por Rio Branco e por membros do Ministério das Relações Exteriores tendo em vista a necessidade de serem identificados os obstáculos para a consecução do projeto por ele instaurado: o de consolidação da hegemonia brasileira na América do Sul e a aproximação com os Estados Unidos. Sabendo das resistências históricas de países vizinhos, a busca por cooperação política e econômica foi amplamente realizada durante sua gestão. Destarte, a colaboração intelectual no continente foi incentivada na medida em que tornavam públicas as posições não meramente de pensadores das relações internacionais, mas de representantes de Estados, ou sejam, diplomatas.

Os esforços nesse sentido puderam ser percebidos objetivamente na criação da *Revista Americana* em 1909, dirigida pelo diplomata Arthur Guimarães de Araújo Jorge (auxiliar de gabinete de Rio Branco desde 1905 no Ministério das Relações Exteriores), Delgado de Carvalho, e Joaquim Viana (CASTRO, 2007). Entre 1909 a 1919 foi publicada a *Revista Americana*, agregando colaboradores brasileiros e de países vizinhos. A publicação se propunha a

revisitar temas desvalorizados pela intelectualidade europeia que mantinha a ideia de inferioridade “moral e espiritual” dos povos americanos, especialmente os de origem ibérica, além de procurar desconstruir a hipótese de que as diversas culturas americanas não se comunicavam.

No plano retórico, a *Revista Americana* procurava projetar os valores da América, especialmente os brasileiros, no tocante aos campos social, cultural, histórico e geográfico. Mas compreende-se que na prática esses valores não estavam dissociados da perspectiva política, até porque o esforço de sua criação havia partido do Itamaraty, espaço do qual despontaram inúmeros colaboradores da *Revista*.

O jovem diplomata havia se aproximado do diretor da publicação, Araújo Jorge, ainda nos tempos dos tribunais de arbitragem internacionais, onde construíram uma amizade pouco explicitada nos documentos encontrados apesar da intensa colaboração ao longo de todo o período de existência do periódico. Percebe-se que o incentivo a publicar na *Revista Americana*, vindo majoritariamente de Rio Branco, estimulou Hélio Lobo a perseguir novos rumos em sua carreira tornando frequentes suas visitas aos arquivos do Itamaraty.

Com base nas premissas supracitadas, Hélio Lobo publicou seu artigo de estreia na *Revista*, intitulado “*George Canning ou James Monroe (página de história diplomática)* (LOBO, 1909)”, vindo integrar a obra “De Monroe a Rio Branco”, publicada em 1912 pela Imprensa Nacional. No artigo percebe-se sua adesão ao monroísmo ao reunir as ações de dois personagens ligados à origem do termo. De um lado, o *foreign secretary* da Grã-Bretanha George Canning, simpático à independência dos países sul-americanos na década de 1820 e de outro, o Presidente dos Estados Unidos, James Monroe, formulador da doutrina que rechaçava a intervenção europeia na América e que levou seu nome após 1823. Apesar do título do artigo sugerir apenas uma oposição, Hélio

Lobo apresentou a tese de que ambos foram significativos para a formulação de uma iniciativa americana, pois de um lado o interesse inglês auxiliou no mercado consumidor americano e por outro, a postura defensiva estadunidense. Assim, a ação britânica incitou a ação dos Estados Unidos no processo de elaboração da Doutrina Monroe ainda que indiretamente, complementada pela ação de Bolívar, que havia convocado uma reunião dos países americanos em 1826 para debater questões integracionistas e de defesa contra a eventual política recolonizadora europeia. Ao longo do artigo é possível perceber que Hélio Lobo procurou não distinguir as matrizes de integração americanas, possivelmente em razão dos objetivos da *Revista*, que almejava mais a homogeneização política e cultural do que seu inverso.

Se a bibliografia sobre o tema (SANTOS, 2004; BANDEIRA, 1973; SCHOULTS, 2000) indica ter havido profundas diferenças ideológicas entre as concepções de Monroe e de Bolívar ao longo do século XIX, percebe-se no texto um direcionamento argumentativo voltado para unificá-los, pois ambos objetivavam a reunião dos países americanos. Hélio Lobo concluiu o artigo considerando os benefícios já conquistados especialmente em 1889-1890, quando houve a convocação da Primeira Conferência Internacional Americana e manifestou-se favorável à continuidade da política integracionista, apesar de, em 1909, ela possuir novas configurações, a saber, o projeto de hegemonia estadunidense nos campos político e comercial.

No segundo artigo (LOBO, 1910b) publicado na *Revista Americana*, Hélio Lobo revisitou a história das conferências interamericanas, dado que o tema estava na agenda política dos países americanos por ocasião da Quarta Conferência que seria realizada em Buenos Aires em julho de 1910. Em “A assembleia do Istmo”, o autor retomou a tese de consonância dos projetos de integração americanos, com destaque para o papel de Bolívar na conferência do Panamá em 1826. No texto, menciona a ausência do Brasil no certame, dadas

as razões políticas e ideológicas da carta convocatória. Pouco tempo antes da reunião, em 1825, uma tensão entre o Império brasileiro e as repúblicas vizinhas complementava o cenário de afastamento e não autorizava qualquer entendimento ou integração política.<sup>3</sup> Outrossim, o papel dos Estados Unidos foi fundamental, pois possibilitou um tipo de diálogo que até então não se efetivara entre o Brasil e seus vizinhos. James Blaine, de forma oportuna, havia conseguido centralizar a discussão interamericana nos Estados Unidos, que por sua vez procurava ampliar seu mercado consumidor e obter matérias-primas mais baratas ao Sul do continente.

### III.

No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi que Hélio Lobo consolidou de vez a carreira de historiador. Em tempos de República, o IHGB contribuiu progressivamente com o governo para reerguer-se após o governo de Floriano Peixoto (1891-1894), quando houve a colaboração com o Ministério das Relações Exteriores na concessão de documentos relativos às fronteiras do país, recebendo em troca um aumento progressivo das subvenções estatais, que chegaram a se equiparar aos tempos de D. Pedro II.

A guinada na acomodação do IHGB foi dar-se de fato em 1908, quando Rio Branco foi eleito presidente da casa. Sócio desde 1867, o então Ministro das Relações Exteriores tinha um largo histórico de colaboração com o Instituto, ora oferecendo livros e mapas, ora realizando doações. Sua presidência foi marcada pela aproximação clara com o Itamaraty: recebia visitas do “secretário perpétuo” Max Fleiüss para mantê-lo informado, impôs regras

---

<sup>3</sup> Santos (2004, p. 80-81) aponta o incidente de Chiquitos, na fronteira entre o Mato Grosso e o Alto Peru (atual Bolívia), como principal razão para o desencontro do Brasil com as Repúblicas sul-americanas. O governador da província de Chiquitos havia atravessado a fronteira e requisitado a proteção de D. Pedro até que a região fosse reconquistada pela Coroa espanhola. Antonio Jose de Sucre, revoltoso e companheiro de Bolívar, relatou a presença de 60 soldados do Império brasileiro na região, fato que gerou mais desgastes políticos.

mais rígidas na admissão de sócios e intensificou a internacionalização do IHGB (GUIMARÃES, 2007; MALATIAN, 2001).

Nesse contexto, as oportunidades de inserção no Instituto se abriram para Hélio Lobo, que conhecia a relevância do apadrinhamento e das relações interpessoais no processo de eleição dos sócios e que ao mesmo tempo, o ingresso no IHGB exigia a testificação acerca da inclinação do candidato aos estudos valorizados pela casa. Recentemente integrado aos quadros do Itamaraty, Hélio Lobo havia encontrado um ambiente favorável aos estudos acerca da história diplomática brasileira em razão dos trabalhos nos Tribunais Arbitrais Brasileiro-Boliviano e na preparação dos trabalhos da Comissão Internacional de Jurisconsultos, que seria realizada no Rio de Janeiro em junho de 1912. Pode-se considerar que o campo de estudos que Hélio Lobo vinha se aprofundando - a história diplomática - não só estava em sintonia com a política externa brasileira, cada vez mais marcada pelo recurso ao campo jurídico, mas igualmente com a presença de Rio Branco na presidência do Instituto, que legitimou a recepção de novos diplomatas ali.

No entanto, quem colaborou decisivamente para o ingresso de Hélio Lobo no IHGB foi um de seus professores na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, Augusto Olympio Viveiros de Castro, sócio efetivo do IHGB desde 1907. Embora Viveiros de Castro ministrasse as disciplinas de Direito Administrativo e Civil, foi na cadeira de Direito Internacional que ele e Hélio Lobo se aproximaram, dadas as funções que o jovem diplomata havia assumido no Itamaraty no final da década de 1910.

A admissão no Instituto perpassava etapas que contemplavam ordinariamente a proposta ao ingresso, a votação pela Comissão de História, que avaliava o mérito da produção do candidato e por fim, a aprovação da Comissão de Admissão dos Sócios, processo que normalmente era demorado e chegou a gerar reclamações (ANHEZINI, 2011). A candidatura do jovem

Hélio Lobo foi aprovada pouco mais de um mês após o pronunciamento de Viveiros de Castro, fato que poderia indicar não somente a proximidade de Hélio Lobo com seu “antigo” professor e o próprio Rio Branco, mas o desejo daquela comunidade de tê-lo como confrade.

Como era praxe, todo proponente oferecia ao IHGB um estudo inédito sobre sua área de interesse, posto que fosse este o ato de demonstração e dedicação à pesquisa e aos estudos. Nesse sentido, o diplomata apresentou um texto que historiava a atuação da diplomacia do Império na região do Rio da Prata intitulado “A diplomacia imperial no Rio da Prata (1864-1865)”, balizando-se em uma enorme quantidade de fontes do Poder Legislativo, da imprensa e da diplomacia brasileiras, sendo composto em oito capítulos que mapeavam as condições internas do Uruguai e a eclosão da guerra civil naquele país, bem como os debates no Brasil para a intervenção e o envio da Missão Saraiva no intuito de defender os interesses do país na região. Esses artigos seriam republicados na *Revista Americana* e iriam compor a obra “Antes da Guerra”, publicada em 1914 (LOBO, 1914a).

A breve carreira de Hélio Lobo na diplomacia, acompanhada pelo interesse pessoal nos estudos históricos, pode ser entendida através de conceitos desenvolvidos pela sociologia e - guardadas as devidas proporções - apropriadas pela história. Nesse caminho sobreleva-se outro tema recorrente na obra de Pierre Bourdieu, ao tratar da noção de campo no qual um indivíduo intelectualizado está inserido. Cada campo possui autonomia e suas próprias regras de funcionamento, bem como hábitos dos quais os indivíduos aceitam e utilizam como pano de fundo para a ação na sociedade e na vida profissional. A ideia de campo está diretamente vinculada à de capital, que na visão de Bourdieu significa uma teia de contatos, relações e até obrigações que podem ser usadas pelos indivíduos ao longo de sua trajetória (BOURDIEU, 2009).

Entende-se que a inserção de Hélio Lobo no IHGB representava apropriadamente o entrelaçamento desses conceitos, pois era notadamente uma estratégia de aperfeiçoar os laços profissionais que permitiriam a manutenção de suas publicações e ascensão na carreira diplomática, haja vista o grande número de diplomatas-historiadores ali. Sob outro olhar, pode-se assumir que o desejo dos membros do Instituto de tomá-lo como um dos seus era um eco da força política de Rio Branco, o que poderia contribuir não apenas para a manutenção da obra empreendida em sua gestão no Itamaraty, mas para uma indefinição da carreira de Hélio Lobo, haja vista a morte do chanceler e a necessidade de constante adaptação às circunstâncias políticas e diplomáticas.

As primeiras obras de Hélio Lobo foram exemplos da progressiva dependência da política externa do país ao Direito, característica perceptível em seus estudos históricos que se balizavam nos aspectos jurídicos internacionais no passado brasileiro. Nesse contexto foram publicados os trabalhos “Brasil, Terra Cara” (1913) e “Antes da Guerra: A Missão Saraiva ou os preliminares do conflito com o Paraguai” (1914a).

“Brasil, Terra Cara” era uma compilação de documentos acerca do posicionamento brasileiro nas reuniões interamericanas desde o século XIX, nos quais ficava explícito o objetivo de Hélio Lobo em demonstrar o pioneirismo da iniciativa estadunidense em 1889-1890 ao convocar a reunião interamericana em Washington. Considerando-se os textos já publicados pelo autor, referentes à mesma temática, a obra não apresentava nenhum ineditismo, ao que se induz certa facilidade no processo de publicação quando o assunto era história diplomática, bem como de um membro do Itamaraty e IHGB.

As publicações sobre história diplomática de Hélio Lobo se deram em um momento representativo de sua carreira, que saía da categoria de 1º oficial para ser promovido a de 1º secretário de legação, paralelamente à eclosão da Grande Guerra em julho do mesmo ano. O autor, na costumeira

seção “Duas Palavras” que abria suas obras, indicava o quão carente eram os estudos sobre a diplomacia brasileira, especialmente aquela realizada às margens do rio da Prata, justificando a pertinência do estudo, feito à custa de volumoso material existente no Arquivo Histórico do Itamaraty (LOBO, 1914a, p.II).

Em termos metodológicos, a história que Hélio Lobo se lançava a escrever era aquela pautada pela utilização de fontes oficiais como cartas trocadas entre diplomatas, documentos do Poder Legislativo e despachos ministeriais e presidenciais. Qualificava-se como história “institucional”, pois ao fim, centralizavam-se no Estado todas as questões, fossem elas jurídicas, culturais, sociais ou econômicas. A “verdade histórica” era aquela contida somente nos documentos referenciados, cabendo ao pesquisador executar uma tarefa de ordená-la da forma mais isenta possível, não interferindo no processo de seu desvendamento, conforme apontavam Langlois e Seignobos.

Através dessa construção, não era frequente o direcionamento de Hélio Lobo ao leitor. O autor “aparecia” somente para comentar o que demonstravam as fontes, reproduzidas em abundância. Tal postura, representativa e hegemônica na historiografia do final do século XIX e no início do XX, fez a história diplomática - e política - adquirir um rótulo negativo e identificado com o positivismo, no qual se gerou a desqualificação dos trabalhos e autores ao longo do século, que presenciou a emergência de novos paradigmas, esses voltados para campos desconsiderados pelos historiadores das “fontes oficiais”. No entanto, na busca pela revalorização e atualização desse ambiente historiográfico, René Rémond argumenta que:

A história de fato não vive fora do tempo em que é escrita, ainda mais quando se trata da história política: suas variações são resultado tanto das mudanças que afetam o político como das que dizem respeito ao olhar que o historiador dirige ao político. Realidade e percepção interferem (REMÓND, 2003, p.22).

*Antes da Guerra* pode ser considerada uma iniciativa pioneira na historiografia brasileira sobre a diplomacia, que não a cita com a mesma frequência do que autores como Heitor Lyra, João Pandiá Calógeras e Hildebrando Accioly, que publicaram posteriormente obras com o mesmo fundo temático.<sup>4</sup> De outra forma, pode-se justificar a relevância da publicação de Hélio Lobo em razão de traduzir-se em uma leitura harmonizada com a conjuntura internacional da década de 1910-1920 e dos interesses do Estado brasileiro, do qual era agente. Ao reportar-se ao passado político e diplomático do país no século XIX, Hélio Lobo pretendia indiretamente apresentar uma visão distinta daquela formada nos primeiros anos republicanos, marcada pelo discurso negativo acerca das instituições monárquicas. É essa a premissa presente na obra e em outras subsequentes, quando procurou definir a história diplomática do Brasil como um processo vazio de tensões profundas e marcado pelo espírito pacifista.

Em outras palavras, o autor historiava os conflitos dos quais o Brasil havia participado ressaltando que o posicionamento belicista somente se efetivava por “necessidade” ou pelo receio que os vizinhos nutrissem pelo país, percebido por sua postura supostamente conquistadora. Do lado brasileiro, Hélio Lobo acreditava que as desconfianças inspiravam no Império uma posição de “altivez” e por vezes, de agressividade, quando eram atacadas ou questionadas suas três instituições básicas - unidade territorial Monarquia e escravidão - dado que sua sobrevivência estava diretamente ligada à manutenção desses pilares. Na persecução desse objetivo era preciso balizar o significado da ação do diplomata:

O diplomata tem que zelar, acima de tudo, essa faculdade de adaptação pessoal que vincula o indivíduo ao cenário estrangeiro onde opera, sem se

---

<sup>4</sup> Sobre as datas de publicação: Heitor Lyra, “Ensaio diplomático” (1922); João Pandiá Calógeras, “A política exterior do Império” (1927); Hildebrando Accioly, “Limites do Brasil - a fronteira com o Paraguai” (1938).

deixar seduzir por ele. O aproveitamento dos recursos do terreno, por pequenos que sejam, há de vir assim de um exame que, dia a dia, se transforma. Não bastará, então, para vitória de uma negociação, a nobreza dos gestos e muito menos a franqueza das atitudes. Será de mister alguma coisa a maior, que faz do espírito um prodígio de flexibilidade e arma o negociador com todos os recursos de uma defensiva magistral. Esgrima de alta escola, a ciência diplomática põe acima de tudo *l'art de se dérober*, a arte da esquiva, que aza ocasião nos grandes lances finais, bem pensados; ainda ofendendo, é defensiva, mesmo agredindo, transige (LOBO, 1914a, p.65).

Hélio Lobo compreendia a diplomacia como “arte da esquiva” em razão da postura do representante brasileiro enviado ao Uruguai, que ao invés de seguir as instruções do Império, de tom áspero, preferiu entender-se de modo mais ameno com o ministro do exterior uruguaio. Tal postura seria questionada em diversas ocasiões e apesar do Parlamento brasileiro não aprovar a medida de Saraiva, o Gabinete Monárquico referendou o ato, mantendo-se, de acordo com o autor, a ilusão de resolução pacífica da questão (LOBO, 1914a, p.100-109).

Nesse ínterim, publicou um livro relativo aos princípios de neutralidade do país ao longo do século XIX e no início do século XX, um produto dos debates na Comissão Internacional de Jurisconsultos da qual participou e do trabalho com os arquivos no Itamaraty. “O Brasil e seus princípios de neutralidade” (1914b) pode ser interpretada como uma tentativa de Hélio Lobo compreender o seu tempo aos olhos do passado, balizando-se no posicionamento de neutralidade brasileira face ao ambiente hostil da Grande Guerra, iniciada em julho de 1914. Para cumprir essa tarefa, Hélio Lobo fez uma compilação das ações do governo brasileiro entre 1853, quando ocorreu a Guerra da Crimeia, e 1907, data da II Convenção de Haia (LOBO, 1914b).

Pode-se afirmar que Hélio Lobo seguiu esse caminho ao publicar diversos ensaios posteriormente, sendo a maioria oriunda de conferências nos Estados Unidos e no Brasil. O livro “Cousas diplomáticas” (LOBO, 1918a) era um exemplo, ao reunir textos apresentados nas Universidades de Harvard e Columbia e na Associação Cristã de Moços no Rio de Janeiro, em 1917.

O primeiro texto do livro, ainda que referisse ao passado, procurava responder uma questão do presente, método bastante utilizado por Hélio Lobo. Era intitulado “A guerra marítima e as tradições internacionais do Brasil”, em que se referia à embarcação brasileira atacada por navios alemães em maio de 1916. No texto, a documentação utilizada pelo autor seguia àquela presente em “O Brasil e seus princípios de neutralidade”, de 1914. A tese apresentada era a de que o torpedeamento do “Rio Branco” era incongruente com as tradições liberais do Brasil no que tangia à guerra marítima e não estavam de acordo com os preceitos jurídicos em voga, fatos que demonstravam a legitimidade da indenização reclamada pelo governo brasileiro (LOBO, 1918a).

*Cousas Diplomáticas* ainda trazia três capítulos sobre o relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos. Os textos foram apresentados em *lectures* realizadas nos Estados Unidos por ocasião de uma visita no início de 1917 a convite das universidades de Harvard e Columbia. “Uma velha amizade internacional”, título de seu ensaio, era subdividido em “Uma amizade que se funda”; “Nuvem que passa” e “Uma só estrada”, contemplando o período de 1822-1916.

Em função do convite (feito pela União Pan-americana) e dos espaços em que realizou suas conferências, Hélio Lobo procurou elaborar textos elogiosos acerca do relacionamento entre os dois países, ao passo que seriam dedicados ao embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Edwin Morgan (LOBO, 1918a, p.79).

O esquema adotado por Hélio Lobo seguia a visão de mundo da diplomacia da Primeira República fundada por Rio Branco, na qual o argumento jurídico e as referências intelectuais desse campo de estudos eram instrumentos que validavam a sua interpretação da história. Já a conferência proferida na Associação Cristã de Moços no Rio de Janeiro explorava uma nova seara historiográfica, tendo em vista suas publicações. Intitulada “A

defesa da nacionalidade: uma página de história colonial”, Hélio Lobo parte do pressuposto que a colonização do Brasil foi uma perene defesa na orla do oceano Atlântico.

Em torno dessa consideração é que, na visão de Hélio Lobo, se constituirá toda a vida colonial, seja defendendo o território das invasões francesas na baía de Guanabara e no Maranhão, os holandeses em Pernambuco, ou pela “têmpera da raça que, audaz e heroica, se expandia sob os céus do Brasil” (LOBO, 1918b, p.216 e 222). O elogio da raça portuguesa, “raça de navegadores”, permeava-se por todo o texto, combinando-o com o paulista bandeirante, cuja obra havia seria consagrada pelo Tratado de Madri ,em 1750, e ao mesmo tempo, lançado as bases para a diplomacia brasileira, marcada pela “defesa dos seus direitos e o respeito dos alheios pela discussão pacífica, o tratado e o arbitramento” (LOBO, 1918b, p.232).

#### IV.

A análise em perspectiva da carreira de Hélio Lobo revela um progressivo desprendimento das longas citações documentais, possibilitando conhecer sua visão de mundo.

Percebe-se que a busca por divulgar seu trabalho em espaços acadêmicos e através da frequente publicização de suas ideias através dos livros - aos 35 anos já havia publicado oito, além de diversos artigos - ligava-se às pretensões comuns à diplomacia de sua geração, órfã de seu *founding father*. Em meio a um cenário inédito, dada a Grande Guerra de 1914-1918, engendrou por um lado a multiplicação de estudos sobre a política exterior do país e por outro, uma queda de “qualidade” nos processos de negociação onde o Brasil envolveu-se, considerando a dependência financeira de Londres, passando-se ao alinhamento político e posteriormente, econômico com os Estados Unidos (CERVO, 2008).

Assim, esse contexto tem por pressupostos a idealização do passado diplomático brasileiro em contraste com o presente, assombrosamente realista. E se ao historiador do político cabe a tarefa de captar o movimento das ideias, ações, regularidades e rupturas para dar um significado ao passado, é autorizado dizer que Hélio Lobo o fez estritamente, ampliando o ideário pan-americanista sob a égide estadunidense, por vezes idealizando-o. Esse tom fica cada vez mais claro entre 1910 e 1920, possibilitando sua visibilidade e reconhecimento, tanto no Brasil quanto na América.

O discurso em louvor à América, que enumerava as contribuições à “civilização”: a opção pelo arbitramento em detrimento da guerra, a tolerância religiosa, o sufrágio popular, a aptidão para o uso da liberdade política e o bem-estar material da população. Nesse sentido, era possível ligar a gênese dos princípios de liberdade do continente proclamados em 1823 por James Monroe - contra a dominação europeia - ao momento em Woodrow Wilson professava os princípios norteadores da política internacional, onde se batia a democracia contra a autocracia. Se de um lado estavam os “povos orgulhosos e ambiciosos”, de outro estavam os americanos, “para os quais o direito existe, a moral liga os homens e justiça e honra não são palavras vãs” (LOBO, 1918b, p.48).

No início de julho de 1918, falou ao Ateneu Hispano-Americano sobre o papel da diplomacia. De maneira bem humorada, principiou citando Talleyrand (1754-1838), político e diplomata francês ao afirmar que “o primeiro dever de um diplomata era mudar conforme as circunstâncias; o segundo medicar o fígado, depois de um congresso”. Na mesma conferência, enumerou as virtudes características da diplomacia: a vigília constante e a adequação da linguagem ao momento em que o representante é convocado.

Por essa razão é que sempre cuidei que temperamento e cultura são dois equivalentes no mêncio da política exterior, e que, quando ambos não possam coexistir na mesma pessoa, seja a segunda sacrificada ao primeiro.

[...] Aqui está a razão pela qual, às vezes, sobrelevam os pequenos onde os grandes sucumbem. É também esse um argumento em favor da carreira permanente, que sempre se quis deitar por terra, e que, entretanto, nenhum país pode sem dano dispensar. [...] Digam o que quiserem os descontentes, constitui o *fautenil* diplomático uma escola insubstituível de tato, moderação e entendimento (LOBO, 1918b, p.79).

O final da década de 1910 propiciava esse ambiente, quando surgiam novas tarefas para a diplomacia, entre elas um perfil “propagandista”, no qual o agente das relações internacionais procurou transmitir imagens favoráveis de seu país perante os vizinhos em diversas instituições (públicas ou privadas), alternando com a premissa fundamental da carreira, o segredo (DUROSELLE, 2000).

A tônica das conferências de Hélio Lobo, tanto nos Estados Unidos quanto na América do Sul foi basicamente elogiosa e de acordo com a ampliação das funções da carreira. Como já foi mencionado, as visitas não eram parte da agenda oficial do diplomata, mas poderiam ser encaradas como tal, dada a publicação dos textos pela Imprensa Nacional.

Em outro artigo, datado de 1918, Hélio Lobo reiterou o princípio defendido ao longo de suas obras: a valorização do arbitramento, ideal da política externa do Brasil que demonstrava a valorização da cultura jurídica do país, a seu ver uma “das mais completas”. Adjetivos elogiosos também foram direcionados à casa dos diplomatas brasileiros:

Não vos é estranho o nome, aqui já o pronunciei eu, está nos livros, na linguagem dos jornais, no conhecimento do mundo. É o Itamaraty. A serenidade do ambiente vos terá comovido, tão pausada ali é a lição das coisas, tão segura a prática do serviço, tão discreta a atitude dos homens. Velhos e moços só têm um fito, o de que o Brasil não desmereça da tradição internacional em que nasceu e viveu, honrado, sereno e justo (LOBO, 1918b, p.163-164).

Ao louvar o Itamaraty, Hélio Lobo não deixou de ressaltar uma de suas principais ocupações naquela instituição: a pesquisa histórica. Ainda que houvesse mais retórica do que crítica em suas palavras, a passagem era

significativa por revelar um indivíduo que compreendia a história através dos documentos oficiais e da trajetória dos grandes líderes, dos quais “o país deveria se orgulhar”.

E o que então vi, o que desde então me pus a verificar dia a dia, num trabalho de beneditino, eu poria em livros sem conta, traria para a gazeta, a tribuna, desfaldaria como uma bandeira gloriosa ao sol tropical. [...] Reviviam os homens para minha admiração, renasciam as idades da papelada informe, sem o mais leve deslize na linha diretiva, sem o mais pequeno [sic] recuo na significação generosa. [...] Mas um pensamento não vi, que não pudesse publicar, papel não topei, que acaso nos fizesse corar, instrução não surpreendi cujo conteúdo nos não enobrecesse (LOBO, 1918b, p.164-165).

A declaração acima propiciou uma série de oportunidades para o diplomata-historiador. Em 1919, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, participou da delegação brasileira na Conferência de Versalhes e no ano seguinte foi para Nova Iorque, onde manteve a constante produção historiográfica subsidiada pela ação diplomática.

## Referências

AMARAL, Luís Gurgel do. *O meu velho Itamarati (de amanuense a secretário de legação: 1905-1913)*. Brasília: FUNAG, 2008.

ANHEZINI, Karina. Comemoração, memória e escrita da história: o ingresso de Afonso de Taunay no IHGB e a reintegração do pai. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, jul. 2011.

BANDEIRA, Luiz Alberto M. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

BITTENCOURT, Manuel Liberato. Psicologia do Barão do Rio Branco. In: FUNAG/CHDD - Fundação Alexandre de Gusmão. Centro de História e Documentação Diplomática. *O Barão do Rio Branco visto por seus contemporâneos*: Série de artigos publicados pela Revista Americana, em abril de 1913. Brasília: FUNAG, 2002. p.69-171.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

- BRANCATO, Sandra M. L. O retorno do Barão do Rio Branco ao Brasil: a leitura da imprensa. *Cadernos do CHDD*, Brasília, ano I, n.1, p. 95-100, 2º sem. 2002.
- BRASIL. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1911.
- BUENO, Clodoaldo. *Política externa da Primeira República: os anos de apogeu (de 1902 a 1918)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- BURNS, E. Bradford. *A aliança não escrita: o Barão do Rio Branco e as relações Brasil – Estados Unidos*. Rio de Janeiro: EMC Ed., 2003.
- CASTRO, Fernando Luiz Vale. *O Pan-americanismo nas páginas da Revista Americana*. Rio de Janeiro, 2007. Tese (Doutorado em História) - PUC-RJ, 2007.
- CERVO, Amado Luiz. *Inserção internacional: Formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo Império Perecerá: Teoria das Relações Internacionais*. Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2007.
- LIMA, M. de O. *Memórias: estas minhas reminiscências...* Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.
- LOBO, Hélio. Da unificação do Direito Penal. *Gazeta Jurídica: Revista mensal de legislação, doutrina e jurisprudência do Estado de S. Paulo*. São Paulo: Imprensa do Estado, Mar./Abr. 1905.
- LOBO, Hélio. A criminalidade militar e a escola penal positiva. *Revista Forense*. Belo Horizonte, 1906a.
- LOBO, Hélio. George Canning ou James Monroe? *Revista Americana*, v. I, p. 86-113, 1909.
- LOBO, Hélio. *O tribunal arbitral brasileiro-boliviano*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910a.
- LOBO, Hélio. A assembleia do Istmo. *Revista Americana*, v. III, p. 229-245, 1910b.
- LOBO, Hélio. *Sabres e Togas: a autonomia judicante militar*. Rio de Janeiro: Tipografia Bernard Freres, 1906b.
- LOBO, Hélio. *Brasil, Terra cara...* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913.

LOBO, Hélio. *Antes da Guerra: A Missão Saraiva ou os preliminares do conflito com o Paraguai*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1914a.

LOBO, Hélio. *O Brasil e seus princípios de neutralidade*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914b.

LOBO, Hélio. *Cousas diplomáticas*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1918a.

LOBO, Hélio. *Aos estudantes do Rio da Prata*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918b.

MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria: Imaginação geográfica e política externa no Brasil*. São Paulo: Ed. UNESP/Moderna, 1997.

MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. Bauru: Edusc, 2001.

MARQUES, Maria Cristina da Fonseca. O centenário de Hélio Lobo. *RIHGB*, Rio de Janeiro, n. 342, p. 247-254, jan. /mar. 1984.

REMÓND, René. Por uma história presente. In: REMÓND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p.13-36.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *O dia em que adiaram o carnaval: política externa e construção do Brasil*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *O Brasil entre a América e a Europa: O Império e o interamericanismo* (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington). São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

SARAIVA, José Flávio S. (org.). *História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. São Paulo: Saraiva, 2008.

SCHOULTS, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão*. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina. Bauru: Edusc, 2000.

VALLADÃO, Haroldo. Hélio Lobo internacionalista. *RIHGB*, Rio de Janeiro, n. 252, p. 228-250, jul. /set. 1961.

